

A GAZETA

Economia

A 10.484

ALVO META É AUMENTAR EM 10% A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS NA CADEIA PRODUTIVA

Microempresas disputam fatia no mercado de petróleo e gás

Projeto qualifica pequenos negócios para que se tornem fornecedores de bens e serviços

parceria entre Petrobras e Sebrae-ES em 2004.

“O objetivo é facilitar a qualificação na área de gestão para que as micro e pequenas tenham chances de se tornarem fornecedoras de bens e serviços”, explicou Maíra de Castro Campos, gestora do projeto no Sebrae.

Segundo Maíra, o projeto de inclusão competitiva deve aumentar o volume de vendas das empresas para a cadeia produtiva do petróleo e gás em 10% até dezembro deste ano e 20% no final de 2007. Com isso, o número de empresas locais que atuam nesta área deve crescer em 20% até o final do ano e 30% até dezembro de 2007.

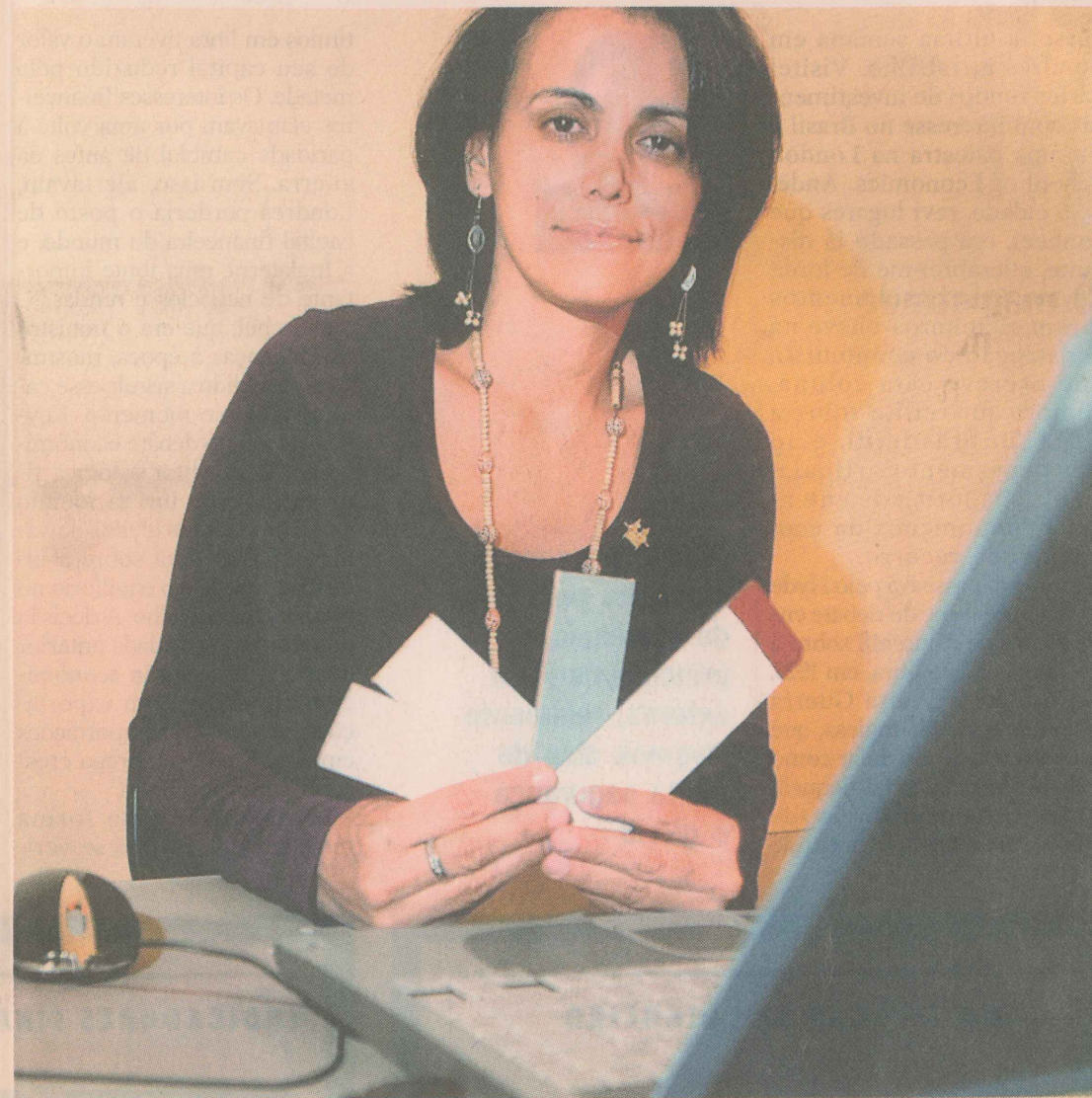
A definição de uma certificação única para micro e pequenas empresas forne-

Sebrae prestarão atendimento para as empresas se cadastrarem. Além disso, os empresários poderão procurar consultoria e indicação de capacitação, durante o período de três meses, prorrogáveis por mais três meses.

Outra medida de apoio é o catálogo que o Sebrae/ES está organizando com todos os produtos oferecidos por 400 micro e pequenas empresas capixabas, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), usada pela Petrobras. “O departamento de compras da Petrobras aprovou a idéia”, afirmou Maíra.

Em junho começará a ser desenvolvido um amplo estudo da cadeia produtiva de petróleo e gás no Estado. O objetivo é fornecer uma vi-

Competitividade é a chave



EXIGENTE. Depois de trabalhar em empresas de grande porte em Minas Gerais, incluindo multinacionais, Sandra Melgaço e o marido Márcio Paulo Golçalves decidiram trabalhar por conta própria e montaram a Melgaço. A empresa presta serviços de pintura e revestimento industrial tanto para a Petrobras quanto para empresas que atuam no setor de petróleo e gás. Para chegar a

ser um pequeno fornecedor de serviços, a Melgaço buscou qualificação técnica para os funcionários e qualificação gerencial para os gestores e está em fase final de implantação das diretrizes para a obtenção da certificação ISO. “Sem esse trabalho, fica difícil ser fornecedor porque as exigências são grandes nesta área”, disse Sandra.

FOTO: GUSTAVO LOUSADA

O banco que investe em você.

bandes
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A

DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

Aumentar em pelo menos 10% a participação das micro e pequenas empresas no segmento de petróleo e gás é o principal objetivo do Sebrae-ES. Hoje, 1,2 mil companhias desse porte fornecem bens e serviços para outras corporações que já atuam no Espírito Santo, incluindo a própria estatal Petrobras.

O Projeto de Inclusão Competitiva e Sustentável da Micro e Pequena Empresa Capixaba na Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás foi estruturado a partir de uma

pequenas empresas fornecedoras para a cadeia do petróleo de todo o país é uma das ações de apoio do projeto de inclusão que está sendo desenvolvida pelo Sebrae, através da parceria estabelecida em 2004. Maíra explicou que a certificação única vai garantir que empresas capacitadas em qualquer Estado possam atuar em todo o país.

APOIO. No dia 6 de junho o Sebrae-ES lançará o escritório de cadastramento de fornecedores, que funcionará como ponto de apoio para os pequenos e micro empresários interessados em atuar neste segmento. Petrobras e

objetivo é fornecer uma visão da realidade capixaba. “Queremos saber quais são os principais gargalos para a atuação das micro e pequenas empresas. Além disso, será importante conhecer o potencial e o que precisam as empresas do segmento para que se desenvolverem”, explicou Maíra.

Outras ações também já estão em andamento, como capacitação empresarial, acesso ao mercado por meio da participação de feiras e rodadas de negócios e o acesso ao crédito. Com o conhecimento das deficiências e potencialidades, segundo ela, será mais fácil garantir a qualificação.

SOBRE O PROJETO

■ **Inclusão.** O projeto de inclusão competitiva deve aumentar o volume de vendas das micro e pequenas empresas capixabas fornecedoras de bens e serviços para a cadeia produtiva do petróleo em 10% até dezembro deste ano e 20% no final de 2007.

■ **Oportunidade.** Com isso, o número de empresas locais que atuam nesta área deve crescer em 20% até o final do ano e 30% até dezembro de 2007. Hoje, 1,2 mil micro

pequenas empresas capixabas já fornecem para o setor produtiva.

■ **Certificação.** A concessão de certificação única para micro e pequenas de todo o país é uma das ações de apoio do projeto de inclusão. O objetivo não é tornar as empresas apenas fornecedoras da Petrobras, mas, principalmente, fornecedoras de empreiteiras e grandes e médias empresas que prestam serviços para o se-

tor petrolífero.

■ **Serviço.** No dia 6 de junho o Sebrae-ES inaugura o escritório de cadastramento de fornecedores que funcionará como apoio para micro e pequenos empresários.

■ **Cadastro.** Tanto a Petrobras quanto o Sebrae prestarão atendimento no escritório para as empresas se cadastrarem ou procurarem consultoria e indicação de capacitação em todas as áreas.

GÁS DELEGAÇÃO DO FMI ESTÁ EM LA PAZ PARA ANALISAR A SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS

FMI pede à Bolívia que indenize as petroleiras

Para o fundo, é preciso ao menos compensar as empresas em função dos bens nacionalizados

WASHINGTON. O Fundo Monetário Internacional (FMI) pediu à Bolívia ontem que indenize as empresas estrangeiras de petróleo que tiveram seus ativos nacionalizados a partir de um decreto publicado no dia 1º de maio.

Em sua primeira entrevista coletiva à imprensa depois de tornar-se o porta-voz do fundo, o paquistanês Masood Ahmed pediu ao governo boliviano que mantenha as ne-

gociações com as empresas estrangeiras.

Segundo ele, é preciso ao menos compensar as empresas em função dos seus bens que foram nacionalizados. Ele também defendeu conversas sobre novos contratos de exploração do gás e sobre um possível aumento dos preços para o Brasil e a Argentina. “Acreditamos que a decisão do governo de nacionalizar o setor de hidrocarbonetos tem potencialmente conseqüências de longo alcance”, disse.

DE PERTO. Uma delegação do FMI está em La Paz para analisar a situação econômica do país, em um processo conhecido como Artigo IV, que o organismo promove com to-

dos os seus membros, ao menos uma vez por ano.

O FMI não conta com um programa de crédito para a Bolívia, já que o presidente do país, Evo Morales, não quis renovar o que venceu em 31 de março.

Na semana passada, o ministro da Fazenda do país, Luis Arce, disse que seu país poderia bater novamente à porta do organismo financeiro para cobrir seu déficit fiscal de US\$ 270 milhões previsto para este ano.

Caso isso realmente aconteça, analistas avaliam que a Bolívia terá que considerar recomendações sobre o setor de hidrocarbonetos que vão em direção contrária às práticas atuais.

PETRÓLEO EUA RESPONDEM À DECISÃO DO EQUADOR DE OCUPAR A EMPRESA OXY

“Nacionalização” no Equador será decidida em Washington

Petroleira americana quer que “seus direitos sejam restabelecidos” depois de anulação do contrato

LOS ANGELES. O grupo americano Occidental Petroleum (Oxy) solicitou a um centro de arbitragem especializado em conflitos comerciais internacionais de Washington que “seus direitos sejam restabelecidos” no Equador, depois que Quito anulou seu contrato de exploração nesse país.

A Oxy apresentou na noite da última quarta-feira “uma solicitação de arbitragem contra o governo do Equador, com o objetivo de solucionar o confisco

ilegal das operações no Bloco 15 no Equador”, frisa a petroleira em um comunicado emitido em Los Angeles (Califórnia, sudoeste). Segundo o texto da ação, a Oxy avalia em mais de um bilhão de dólares as perdas provocadas pela medida.

A solicitação foi apresentada em Washington ao Centro Internacional para a Solução de Conflitos relacionados a Investimentos (International Center for Settlement of Investment Disputes), encarregado de velar pelo respeito a um tratado bilateral de investimentos entre equatorianos e americanos, informou a Oxy.

A Oxy solicitou ao grupo de arbitragem dessa organização que “ordene uma medida de recuperação provisória com o

objetivo de restabelecer seus direitos no Equador e impedir que o país substitua a Occidental por outra empresa no Bloco 15”, continua o comunicado.

O Equador considerou ontem que a negociação do Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos, suspenso por Washington como represália pela punição de Quito à Oxy, não será retomada durante 2006 e que as negociações ficarão pendentes para o próximo governo.

“É um fato que o TLC está paralisado, pelo menos para os próximos meses. Até o fim deste governo (15 de janeiro de 2007), não vejo possibilidades de diálogo”, expressou o ministro de Comércio Exterior, Jorge Illingworth.